

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

[Recensão a] LOWRY, James (ed.) – Displaced archives.

Autor(es): Macedo, L. S. Ascensão de

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/44847>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2182-7974_31_2_5

Accessed : 27-Dec-2018 12:44:29

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



VOLUME
XXXI BOLETIM DO
N.º 2 ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2018

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



LOWRY, James (ed.) – *Displaced archives*. London and New York: Routledge, Taylor et Francis Group, 2017. ix, 227 p. ISBN (HARD): 9781472470690; (e-book): 9781315577609.

Por L. S. ASCENSÃO DE MACEDO
Doutorando na Universidade de Coimbra
CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
ascensaodemacedo@gmail.com

James Lowry é docente e investigador no Centro de Estudos Arquivísticos da Universidade de Liverpool. Lowry participou em vários projetos internacionais em vários países e regiões em vias de desenvolvimento como a Nigéria, Rússia, Tunísia, Trinidad e Tobago, Etiópia e Sudão e exerce cargos de direção executiva em vários organismos internacionais como a *International Records Management Trust*, a *Association of Commonwealth Archivists and Records Managers* e o Programa para a África do Conselho Internacional de Arquivos.

O seu mais recente livro *Displaced Archives* (que se poderia traduzir por “Arquivos Deslocados”), publicado em fevereiro (livro digital) e março (livro impresso) de 2017 pela editora Routledge, compila textos apresentados quando do Congresso Internacional do Conselho Internacional de Arquivos realizado em Seul (República da Coreia), em setembro de 2016, no painel presidido por Anne Gilliland e Eric Ketelaar. O livro, com doze capítulos produzidos maioritariamente por especialistas em Arquivística, conta também com a presença de peritos em Direito Internacional, notando-se a ausência de investigadores em tecnologias de informação e comunicação.

Para o meio profissional, o termo *arquivo deslocado* poderá ter um significado aproximado de conjuntos documentais que foram arquivados na caixa errada ou no local errado. Na verdade, este termo existe na terminologia brasileira que define *arquivo deslocado* como “[c]onjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 6). Na terminologia portuguesa não há qualquer referência a termos similares, para além de *contencioso arquivístico*. A opção pelo termo *arquivo expatriado*, conforme Lovering (2017), é preferível a outras formas eufemísticas que existem em inglês, por exemplo,

migrated archives, seized archives, relay, captured archives, fugitive archives, archival claims e outras variantes (Macedo, 2017). O problema em torno do estatuto destes arquivos é de natureza conceptual. Trata-se de um tema complexo, que divide a comunidade profissional e científica, a sociedade e a classe política, com discursos fortemente polarizados e politizados. Entre as principais limitações (sobretudo legais) está a restituição ou retorno dos bens culturais removidos por outros Estados, derivado de diversos contextos, como processos secessionistas, descolonização, roubos, conflagrações ou tráfico ilícito.

O livro encontra-se organizado da seguinte forma: do ponto de vista paratextual, a obra inicia com um elenco dos autores e filiação institucional, um prefácio da autoria de Eric Ketelaar e nota de agradecimentos. O conteúdo reparte-se por uma introdução de James Lowry seguido de doze capítulos e termina com um índice remissivo de assuntos. Os autores dos capítulos são tanto especialistas internacionais que se debruçaram há vários anos sobre esta matéria como novos investigadores. Cada capítulo estrutura-se por textos subdivididos por subtemas, notas de fim e de referências bibliográficas.

O prefácio de Eric Ketelaar, professor emérito da Universidade de Amesterdão, esclarece que o termo ‘arquivo deslocado’ (*displaced archives*) é atribuível a Ernst Posner, por volta de 1960, referente à ação do arquivista americano, Solon Justus Buck, que desenvolveu um programa de restituição de arquivos deslocados pós-II Guerra Mundial aos seus legítimos possuidores. No entanto, Ketelaar clarifica que os arquivos sempre estiveram deslocados, isto é, saíram de um ponto A para um ponto B. O papel dos arquivistas em torno dos arquivos deslocados, na opinião de Ketelaar, consiste em facilitar o acesso à informação através da produção de instrumentos de acesso, conforme recomenda o *Código de Ética* do Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives, 1996). No entanto, o problema central em arquivos deslocados não se satisfaz somente através da produção de instrumentos de acesso à informação (catálogos, inventários, bases de dados), como garantia dada pela entidade detentora aos seus utilizadores no exercício do seu direito à informação: trata-se, também, de um problema de acesso ao património cultural que foi retirado, por vias legítimas ou ilegítimas, à comunidade a quem estes bens culturais dizem respeito.

No capítulo *Introdução*, James Lowry analisou o conceito de arquivo baseando-se na metáfora biológica de “arquivos como corpos”, fundada no princípio da organicidade. Lowry identificou problemas conceptuais em torno

dos arquivos deslocados, que define como remoções feitas por Estados, regimes ou grupos exilados, às vezes com suporte legal para o fazer, distinto de roubos ilícitos feitos por indivíduos ou organizações criminosas. Reconhece, também, a existência de variantes para delimitar contextos específicos de expatriação, como *arquivos migrados* (*migrated archives*), em que cada autor propõe (e critica) variantes terminológicas. No entanto, Lowry não apresenta definições e suas diferenças conceituais sobre repatriação, como restituição e retorno. Além disto, o autor agrupou os contributos dos autores atendendo aos problemas do quadro jurídico-normativo internacional para a proteção de arquivos e princípios de restituição, possíveis soluções (como a herança conjunta) e ao papel das comunidades internacionais face ao problema. Lowry reconheceu que os contributos dos autores, predominantemente europeus e americanos, poderia constituir um aspeto negativo na abordagem dada ao tema. Contudo, o autor realçou a dificuldade existente na discussão desta questão entre profissionais dos arquivos devido aos discursos politizados e às restrições institucionais.

No primeiro capítulo, Charles Kecskeméti, antigo diretor executivo do Conselho Internacional de Arquivos, abordou os arquivos confiscados, a partir da descrição da evolução do panorama jurídico internacional (“Archives Seizures: The Evolution of International Law”). O autor mencionou casos de sucesso e de insucesso nos trabalhos realizados pela UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), na década de 1970, na qual participou. Kecskeméti realçou os problemas do contencioso arquivístico na segunda metade do século XX, designadamente o vazio jurídico a nível internacional para a resolução do problema. Princípios arquivísticos como a soberania retroativa, proveniência territorial e pertinência territorial constituíram a base para a fazer face aos problemas decorrentes de cenários de secessão de Estados ou mudanças de soberania de um território, de transferências ocorridas em contexto de guerra ou de ocupação militar e dos impactos da colonização e da descolonização. Além das iniciativas da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos na década de 1970, mencionou o insucesso que a *Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em matéria de Propriedade do Estado, Arquivos e Dívidas* de 1978 das Nações Unidas representou para a comunidade internacional.

O capítulo 2, da autoria de Todd Shepard, da Universidade de John Hopkins, centrou-se na disputa pela custódia de arquivos que opõe França e Argélia (intitulado “Making Sovereignty and Affirming Modernity in the Archives of Decolonisation: The Algeria–France ‘Dispute’ between the Post-

-Decolonisation French and Algerian Republics, 1962–2015”). O autor efetuou uma análise histórica em torno dos processos de descolonização e visões distintas de soberania, os argumentos políticos que opuseram os dois Estados e como a disputa argelina pelo retorno dos arquivos tem sido conduzida aquando da aprovação da *Convenção de Viena* (1983). Shepard terminou com uma reflexão sobre as contradições e tensões em torno da construção de uma memória nacional de uma Nação que se encontra refém de outro Estado.

Nesta sequência, o capítulo 3 de Mandy Banton, da Universidade de Londres, abordou a questão dos arquivos custodiados pelo Arquivo Nacional do Reino Unido respeitantes à administração imperial (intitulado “Displaced Archives in The National Archives of the United Kingdom”). Banton focalizou-se nos problemas conceptuais em torno do estatuto destes arquivos, migrados ou deslocados, dos territórios colonizados pelo Reino Unido. Banton confrontou este problema com as convenções internacionais de repatriação de arquivos e criticou as posições do parlamento britânico que procurou desinformar, adiar ou obscurecer a forma como estes arquivos têm sido mantidos no Reino Unido.

O capítulo 4, da autoria de Michael Karabinos (Universidade de Lovaina), centra-se na análise em torno de conjuntos documentais indonésios respeitantes à guerra da independência de 1945 a 1949, conhecidos como *Djogdja Documenten*, custodiados no Arquivo Nacional da Holanda (“Indonesian National Revolution Records in the National Archives of the Netherlands”). Karabinos optou por uma caracterização dos fundos e problematizou conceitos de herança conjunta, custódia e acesso, contrapondo com a questão da fronteira da língua, uma vez que a comunidade indonésia contemporânea não tem o holandês como língua materna, realçando a importância da cooperação entre os países do ponto de vista da herança conjunta.

No capítulo 5 de Vincent Hiribarren, da King’s College (sob o título “Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies”), o autor realçou que os arquivos deslocados são consequência do colonialismo. O autor referiu que os arquivos nacionais optaram por uma política de obscurecer o passado colonial. Hiribarren analisou casos de práticas sistemáticas de transferências para as metrópoles de documentos em contextos específicos (ditaduras, revoluções pela democracia, nascimento de nações) e a prática do secretismo estatal. Hiribarren reconheceu a importância dos trabalhos de jornalistas, historiadores e arquivistas e do problema de politização dos arquivos coloniais nos *media*. Hiribarren fez referência a abertura de Portugal aos arquivos coloniais da PIDE e do Arquivo Histórico Ultramarino,

Arquivo Histórico Diplomático, mencionando a Direção-Geral do Tesouro e Finança e a Direção-Geral da Administração e do Emprego, esquecendo-se, contudo, de mencionar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Igualmente, o capítulo 6 intitulado “Expatriate Archives Revisited” de Timothy Lovering, da Universidade de Dundee, realizou uma crítica em torno das denominações e variações terminológicas sobre arquivos deslocados ou migrados, que considera formas eufemísticas sobre fenómenos de expatriação. Lovering exemplificou casos extremos de fundos militares da ex-Rodésia que se conservam na África do Sul, num contexto em que os arquivos de um país extinto ficaram sem pátria, como a ex-Jugoslávia.

O capítulo 7, intitulado “A Proposal for Action on African Archives in Europe”, co-escrito por Nathan Mnjama, da Universidade de Botswana, e por James Lowry, propõe aos arquivistas europeus uma tomada de posição quanto os arquivos africanos deslocados durante os processos de descolonização. Mnjama e Lowry explicitaram casos que não derivam de arquivos como “bens culturais” mas de arquivos administrativos que afetaram a continuidade de negócio e o exercício normal de direitos e obrigações civis e institucionais. As promessas de digitalização e microfilmagem e descrição pelos países europeus aos países africanos reivindicantes têm sido insuficientemente cumpridas devido a restrições políticas e financeiras.

Quanto ao capítulo 8, Leopold Auer, autor do texto intitulado “Displaced Archives in the Wake of Wars”, fez uma análise histórica sobre fenómenos de expatriação de arquivos desde o século XVII até ao fim da II Guerra Mundial. Realçou a importância da Convenção de Haia para a proteção de arquivos em contexto armado e do problema do acesso a estes arquivos por não disporem de instrumentos de acesso à informação.

O capítulo 9, intitulado “Pan-European Displaced Archives in the Russian Federation: Still Prisoners of War on the 70th Anniversary of V-E Day”, escrito por Patricia Kennedy Grimsted, da Universidade de Harvard e do Instituto Internacional de História Social (Amesterdão), apresentou uma síntese de vários anos de investigação sobre os arquivos arrestados pela União Soviética. A Rússia tem impedido a restituição de arquivos, mantidos como troféus de guerra, a países e comunidades como a Áustria, Ucrânia, Polónia, a comunidade judia grega, os fundos maçónicos, entre muitos outros por identificar.

Num outro registo, Bruce Montgomery, da Universidade do Colorado, redigiu “Iraq and Kuwait: The Seizure and Destruction of Historical Patrimony” (capítulo 10), centrado nos problemas de restituição de arquivos à comunidade judia iraquiana, confiscados pelo Governo dos Estados Unidos da

América a Saddam Hussein e dos problemas de proteção e restituição dos arquivos em contexto de conflitos armados às comunidades.

Por seu turno, Anne J. Gilliland, da Universidade da Califórnia, apresentou “Networking Records in their Diaspora: A Reconceptualisation of ‘Displaced Records’ in a Postnational World” (capítulo 11), em torno da co-criação da informação numa sociedade em rede em contexto transnacional. A questão dos arquivos expatriados tem sido tratada como um problema de jurisdição de fronteira geográfica. Para Gilliland, as tecnologias de informação e comunicação modificaram tal paradigma, com o surgimento de serviços transnacionais de co-produção e armazenamento de dados na nuvem. Para a autora, as tecnologias de informação e comunicação proporcionaram uma cultura universalista e transnacional, sobretudo em casos de violação de direitos humanos e suporte às vagas migratórias. Contudo, a autora não desenvolve outros aspectos, como a soberania de informação de dados de arquivo na “diáspora”.

Por último, o capítulo 12, intitulado “Revisiting the Law and Politics of Compromise” de Douglas Cox, da Universidade de Nova Iorque, revelou que a legislação internacional e nacional para a proteção e repatriação do património arquivístico tem sido ineficaz. Neste texto, Cox referiu que as soluções de maior sucesso de restituição de bens culturais às comunidades originárias derivaram da diplomacia cultural e de iniciativas inovadoras, como o princípio de herança conjunta, do que imposições por força da lei.

A importância desta obra, face ao número limitado de estudos e artigos sobre o tema, constitui sem dúvida o estado da arte sobre um problema que envolve diversos países, conjuntos documentais de épocas distintas e estratégias (ou ausência delas) para ressarcimento das comunidades reivindicantes. Cada capítulo evidencia um conjunto de casos “anómalos” de expatriação de arquivos em contextos distintos e dificuldades de repatriação às comunidades reivindicantes. O aspeto mais positivo deste livro é que reúne os principais especialistas que se debruçaram sobre um fenómeno complexo. Do ponto de vista metodológico, a maior parte dos autores optaram por análises de base qualitativa, como a análise histórica e estudos de caso. Alguns destes autores identificaram os fundos documentais em anexos e nas referências bibliográficas, além de textos científicos e de legislação nacional e internacional, que enriquecem cada capítulo.

Todavia, este livro contém vários aspetos que ficaram por esclarecer. Em primeiro lugar, a questão terminológica permanece em aberto: a diversidade conceptual para denominar casos específicos de expatriação ficará

ao critério de cada autor. Em segundo lugar, não há uma posição clara da parte dos autores quanto à restituição por via da produção de substitutos (microfilmes e objetos digitais). Não é esclarecido em que medida a digitalização (ou a microfilmagem) é um meio fungível à repatriação física destes arquivos à comunidade de origem, designadamente na identificação dos benefícios resultantes de uma dessas possibilidades. Em terceiro lugar, os autores dão um enfoque somente para casos internacionais, ignorando casos intranacionais que poderiam ampliar a dimensão do problema dos arquivos que foram desenraizados do seu *habitat* originário, por exemplo, casos que opõe o Governo Regional da Madeira vs. Torre do Tombo (Portugal) (Macedo, 2017) ou o caso dos “papeles de Salamanca” (Espanha) (Balcells, 2014). Em quarto lugar, não se dispõe de uma perspetiva comparada sobre fenómenos de expatriação e de repatriação com outros bens culturais, como museus e bibliotecas. Por último, as limitações das convenções e tratados internacionais em matéria de proteção e restituição de arquivos não são confrontadas com ordenamento jurídico de cada país (por exemplo, a alienação por desincorporação).

Uma nota final para clarificar que esta recensão se baseia na edição eletrónica em formato *epub* (formato de *Electronic Publication*).

Referências bibliográficas

- BALCELLS, M. – The Knife that Still Divides: The Archive of Salamanca and the Heritage of Spain's Civil War in the 21 st century. *Arts Social Sci J.*, 5(2), 1-5. doi: 10.4172/2151-6200.100086.
- CAMARGO, A. M. De A.; BELLOTTO, H. L. (EDS.) – Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - Code of Ethics. [Em linha]. [S.l.]: Adopted by the General Assembly in its XIIIth session in Beijing (China) on 6 September 1996, 1996. (1996) [Consult. 5 jul. 2017]. Disponível em WWW:URL:http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code_of_ethics_EN.pdf.
- LOVERING, T. – Expatriate Archives Revisited. Em LOWRY, J. (Ed.) – *Displaced archives*. London; New York: Routledge, 2017 (pp. 86-100).
- MACEDO, L. S. A. – Repatriação dos arquivos ou reunificação virtual? O caso dos fundos conventuais madeirenses dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Em BORGES, M. M.; CASADO, E. S. (Eds.) – *VIII Encontro Ibérico EDICIC 2017, Coimbra 2017-11-20/2017-11-22* [Em linha]. Coimbra : Universidade de Coimbra, 2017 Disponível em WWW:URL:<http://hdl.handle.net/10316/44053>. (pp. 1325-1344).